



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE ÁREA
CORRESPONDENTE A 58,40 m² DO IMÓVEL SITUADO
NA AVENIDA RIO BRANCO, 241 NA CIDADE DO RIO
DE JANEIRO QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc.TRF2-EOF-2016/00120

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20081-000, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Drª. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, no uso de suas atribuições regimentais, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, outorga à empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida _____, nº ____ – _____ – _____/____, CEP: _____-____, Telefone: (0xx____) _____, e-mail: _____, representada neste ato pelo seu **Representante Legal, Sr(a).** _____, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, a presente **CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL**, tendo em vista o constante e decidido no Processo nº TRF2-EOF-2016/00120, e em consequência do Convite nº 003/2016, fundamentado na letra "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666/93, homologado em ____/____/____, por despacho lavrado à fl. ____ do Processo, com a finalidade de *instalar e explorar um coffee shop*, sujeitas as partes às normas da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e da Lei 8.987/95, mediante as seguintes cláusulas e condições:



TRF2EOF201600120V01

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto desta Concessão de Uso a área correspondente a 58,40m², sendo 43,50 m² lineares no pavimento térreo e 14,90m² de mezanino, com monta-cargas, com capacidade para suportar até 80kg, localizada no imóvel do Centro Cultural da Justiça Federal situado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro, para a instalação e exploração de um *coffee shop*, conforme especificações contidas no Edital do Convite nº 003/2016 e seus Anexos I, II, III e IV e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESTINAÇÃO E FUNCIONAMENTO:

2.1 - A área física de 58,40 m² localizada no pavimento térreo do CCJF, do imóvel situado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro – Rio de Janeiro, objeto desta Concessão de Uso destina-se, exclusivamente, à instalação e exploração de um *coffee shop* (lanchonete, bomboniere e cafeteria), com a finalidade de comercialização de refeições ligeiras, tais como: almoços, lanches, biscoitos, tortas, doces finos, sorvetes, salgadinhos, refrigerantes, chá, café, chocolates e acompanhamentos, podendo também compreender a comercialização de produtos de caráter eminentemente cultural e/ou educativo, tais como livros, catálogos, objetos decorativos, oriundos ou não de atividades realizadas no próprio Centro Cultural da Justiça Federal, a qual reger-se-á da seguinte forma:

2.2 - O Horário de funcionamento da cafeteria deverá ser **de terça-feira a domingo, inclusive em dias de feriado**, salvo nos dias de confraternização universal, período de carnaval, sexta-feira da paixão e natal, das 12:00 às 19:00 horas, excepcionalmente, em horário diverso podendo o mesmo ser ampliado, quando solicitado pela Concessionária, em comum acordo com a Administração do Centro Cultural da Justiça Federal.

2.3 - A Concessionária terá 20 (*vinte*) minutos de tolerância para abertura do espaço e 45 (*quarenta e cinco*) minutos após o horário, para a limpeza e o fechamento do caixa, não sendo permitida a permanência de pessoas após o horário de tolerância.

2.4 - Será permitido o uso de mesas e cadeiras ou materiais de divulgação / propaganda apenas no espaço destinado ao *coffee shop*.

2.5 - No caso de não abertura do Centro Cultural, a Concessionária não poderá alegar o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, não havendo previsão de desconto na contraprestação em decorrência dos dias de não funcionamento.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS:

3.1.1 – Não será permitido o uso de chapa para preparo de lanches, bem como de quaisquer equipamentos destinados à fritura de alimentos (exemplo: fogão, fritadeira elétrica etc.).

3.1.1.1 – Não será permitido o uso de gás em qualquer equipamento.

3.1.2 – A Concessionária deverá apresentar ao setor de Administração do CCJF o projeto de instalação interna do espaço (disposição dos móveis, prateleiras, equipamentos, disposição das mesas e cadeiras, etc.), em até 20 (*vinte*) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, onde este será submetido a uma avaliação prévia, sendo sua aprovação necessária à instalação do *coffee shop*.

3.1.2.1 – A Concessionária deverá apresentar relação e especificação dos móveis e equipamentos, no prazo do subitem 3.1.2, necessários para o preparo, armazenamento e acondicionamento dos alimentos tais como: mesas



altas e baixas, cadeiras altas e baixas, freezer, geladeira, micro-ondas, forno elétrico, armários, bancadas, balcões, e todos os demais mobiliários, devendo os equipamentos possuir o selo do PROCEL/INMETRO;

3.1.2.2 – A Concessionária deverá se responsabilizar por todos e quaisquer serviços de instalação e montagem necessários para o início de funcionamento do *coffee shop*, bem como no decorrer da vigência contratual, com estrita consulta e autorização da Administração do CCJF;

3.1.2.3 – A Concessionária deverá disponibilizar, em número adequado, mesas, balcões, cadeiras ou bancos para os usuários, utilizando somente a área pré-determinada;

3.1.2.4 – A Concessionária deverá apresentar, previamente, ao setor da Administração do CCJF a elaboração de um projeto, relativo ao subitem 3.1.2, detalhando:

a) quantificação do sistema (previsão de tomadas, e previsão de cargas para os equipamentos a serem instalados);

b) planta baixa e uma elevação, com o *layout* do espaço (localização dos equipamentos e mobiliários), obedecendo ao limite da estrutura metálica existente (mezanino e monta-cargas);

c) detalhamentos de todos os acabamentos e imagem renderizada da aparência final, após as adaptações.

3.1.2.4.1 – É de extrema importância que o projeto esteja adequado ao tipo de arquitetura do prédio do CCJF, que se trata de um prédio tombado pelo patrimônio histórico.

3.1.2.5 – Será condição sine qua non para viabilizar o início do funcionamento do *coffee shop* o cumprimento de todos os subitens acima.

3.1.3 – A Concessionária terá até 30 (*trinta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato para adaptação do espaço e abertura do *Coffee Shop* ao público, devendo atender a todas as exigências do subitem 3.1.2. O prazo para pagamento da taxa mensal começa a contar a partir da abertura da cafeteria ao público;

3.1.4 – Todo o maquinário necessário ao funcionamento do *coffee shop* deverá ser providenciado pela Concessionária, às suas expensas;

3.1.5 – Correrão por conta da Concessionária as despesas referentes ao projeto, plantas, desenhos, aprovação das instalações, seguros, leis sociais, encargos sobre serviços e pessoal e outros elementos que venham a ser necessários no decorrer da atividade comercial;

3.1.6 – Correrão por conta da Concessionária as despesas com equipamentos e melhorias, como revestimento em madeira, compensado, gesso, iluminação interna, material de apoio e outros mais para revestimento da estrutura metálica existente e do monta-cargas.

3.1.7 – As instalações a serem fornecidas pela Concessionária devem incluir rebaixamento de teto, divisórias, luminárias, mobiliário completo e equipamentos, assim como instalações/adaptações elétricas e hidrossanitárias;

3.1.8 – Por se tratar de um prédio tombado, em nenhuma hipótese poderá haver demolições, perfurações, colagens ou danos de quaisquer espécies nas pinturas acrílicas e/ou sintéticas das paredes e esquadrias, nos rebocos, emboços, alvenarias e/ou pisos e qualquer outra forma de modificação do espaço destinado ao *coffee shop*;



3.1.9 – Não poderão ser cobertas janelas, esquadrias, janelas de pintura e quaisquer elementos de caráter histórico no local, devendo as divisórias e forros dos acabamentos manterem um espaço entre as alvenarias, lajes, estruturas e objetos históricos.

3.2 – DA CARGA E DESCARGA DE MERCADORIAS E RESÍDUOS:

3.2.1 – A carga e descarga do material e suprimentos deverão ocorrer de segunda-feira a domingo, no período compreendido entre 10:00h e 11:00h, e excepcionalmente, com autorização da Administração do CCJF, em outro horário, de modo a evitar transtornos ao público usuário e à Administração.

3.2.2 – Os detritos ou resíduos provenientes da comercialização dos produtos e das atividades ali implantadas e desenvolvidas deverão ser acondicionadas em sacos plásticos e retirados, do espaço, pela Concessionária, observados os procedimentos adotados pela Administração do CCJF quanto à retirada do lixo. Estes regulamentos podem ser conhecidos durante a vistoria prevista na letra “c”, item 10.1 da Cláusula Décima deste Contrato.

3.3 - DO PESSOAL DA CONCESSIONÁRIA:

3.3.1 – Fornecer e manter uniformes completos aos funcionários, bem como orientá-los sobre as normas de garantia de perfeitas condições de higiene pessoal;

3.3.2 – Adotar medidas que disciplinem os funcionários em relação ao uso de equipamentos elétricos, cafeteiras, entre outros, evitando desperdícios, bem como utilizar produtos de limpeza e descartáveis de boa qualidade;

3.3.3 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos pela legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Concedente;

3.3.4 – Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, quando da execução dos serviços, ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Concedente.

3.3.5 – Assumir a responsabilidade por quaisquer danos / prejuízos / indenizações que forem causados à Concedente ou a terceiros, em decorrência de ato praticado por seus empregados, prepostos ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas;

3.3.6 – A Concessionária deverá manter em seu quadro de pessoal, um número suficiente de profissionais capacitados, de modo que possibilite um perfeito e rápido atendimento aos serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos neste Contrato;

3.3.7 – Deverá a Concessionária manter o quadro de pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou qualquer outra razão;

3.4 – DA LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

3.4.1 – É de inteira responsabilidade da Concessionária a conservação, manutenção e limpeza do local, bem como manter seguras suas instalações e bens móveis.

3.4.2 – Obriga-se a Concessionária a conservar adequadamente a área física de 58,40 m², localizada no pavimento térreo (frente para Avenida Rio Branco), do Centro Cultural Justiça Federal, objeto da Concessão de Uso, trazendo-o permanentemente limpo e bom estado, às suas exclusivas expensas;



3.4.3 – É vedado à Concessionária realizar obras ou benfeitorias sem prévia e expressa autorização da Administração;

3.4.4 – Toda manutenção e/ou reparo nas instalações físicas será de responsabilidade do Concessionário. Nos serviços deverão ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos.

3.4.5 – As manutenções decorrentes do tempo de uso ou de fatores externos ficarão por conta do Concessionário. A manutenção abrange os seguintes itens:

3.4.5.1 – **Água e esgoto:**

- a) Tubo e conexões;
- b) Equipamentos, válvulas, sifões, etc.;
- c) Limpeza de caixa de gordura.

3.4.5.2 – **Energia:**

- a) Eletrodutos e conexões;
- b) Lâmpadas, tomadas, disjuntores, reatores, interruptores, soquetes, etc.

3.4.6 - Arcar com as despesas decorrentes da utilização da área de concessão, exceto as despesas de água e eletricidade, que correrão por conta do Concedente, em especial aquelas decorrentes da conservação, manutenção e limpeza do local, bem como manter seguras suas instalações e bens móveis;

3.4.7 - É da responsabilidade da Concessionária, a higienização, desinfecção e imunização das áreas e instalações utilizadas de acordo com as normas da ANVISA, não podendo utilizar produto químico nocivo ao ser humano, ou seja, deverá usar produto específico para ambientes onde sejam manipulados alimentos.

3.5 – DO CONTROLE E DE QUALIDADE:

3.5.1 – A Concessionária providenciará, por sua conta e risco, a conservação dos alimentos e de materiais necessários à sua atividade normal, preservando-os de qualquer contaminação;

3.5.2 – A Concessionária responderá pelas despesas decorrentes de análises microbiológicas em amostras coletadas, promovidas pela Secretaria de saúde do Estado do RJ, quando o resultado apresentar qualquer irregularidade no produto analisado;

3.5.3 – A Concessionária deverá substituir, no todo ou em parte, os alimentos constantes do cardápio do dia, quando considerados sem condições de utilização ou consumo;

3.5.4 – Utilizar os produtos indicados pela Vigilância Sanitária para higienizar os alimentos consumidos crus (verduras, frutas, etc.);

3.5.5 – Efetuar o exame de potabilidade da água em instituição devidamente autorizada, mantendo em seu poder o devido laudo, com validade durante todo o tempo da prestação dos serviços.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

4.1 – O presente Contrato terá vigência de 24 (*vinete e quatro*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (*sessenta*) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

4.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Concessionária continuam vantajosas para o Concedente.



4.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Concessionária para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

4.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Concedente providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

4.5 – A resposta da Concessionária terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

4.6 – Eventual desistência da Concessionária após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Concedente a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Nona do presente Contrato.

5 – CLÁUSULA QUINTA: DA CONTRAPARTIDA E DO REAJUSTAMENTO:

5.1 – Como contraprestação pela Concessão de Uso objeto deste Contrato, obriga-se a Concessionária ao pagamento em espécie de taxa mensal de utilização no valor de R\$ _____ (_____), até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência, mediante depósito bancário.

5.2 – O pagamento deverá ser efetuado através da Guia de Recolhimento da União (GRU) em qualquer agência do Banco do Brasil, através de código a ser informado pelo Concedente.

5.3 – Obriga-se a Concessionária a apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 03 (*três*) dias úteis após a efetivação de cada pagamento, o comprovante de recolhimento do valor devido, acompanhado da Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias, ao CRF e a CNDT.

5.3.1 – Caso a empresa não apresente a documentação indicada no item anterior, a Comissão de Fiscalização deverá providenciar para que a documentação seja devidamente atualizada, haja vista que a Concessionária deverá manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012 – Plenário – TCU).

5.4 – Será concedido um prazo de carência de 30 (*trinta*) dias, após a assinatura deste Termo de Concessão, para adaptação do espaço objeto deste Contrato. Após esse período a cafeteria deverá ser aberta ao público. O prazo para pagamento da taxa mensal começa a contar a partir da abertura da cafeteria ao público.

5.5 – O valor da taxa mensal de utilização será reajustado com base na variação do IPCA-IBGE, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$$

onde:

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I_o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.



P = Preço a ser reajustado

5.6 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

5.7 – A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14/02/01, e legislação superveniente ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

5.8 – Após a divulgação do índice oficial do mês de reajuste, o TRF-2ª Região efetuará os cálculos e comunicará à Concessionária.

5.9 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 – DA CONCESSIONÁRIA:

6.1.1 – Apresentar previamente à Administração do CCJF a discriminação dos preços do cardápio a ser implantado pela Concessionária, onde deverão respeitar os praticados no mercado local;

6.1.2 – ITENS NÃO AUTORIZADOS À COMERCIALIZAÇÃO:

6.1.2.1 – Fica expressamente proibida a comercialização de:

6.1.2.1.1 – Artigos de tabacaria;

6.1.2.1.2 – Bilhetes lotéricos;

6.1.2.1.3 – Caça niqueis;

6.1.2.1.4 – Jogos de azar;

6.1.2.1.5 – Substâncias que causem dependência física e/ou psíquica (Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976 e suas alterações posteriores).

6.1.3 – Apresentar antes do início do funcionamento do *coffee shop*, lista de produtos a serem comercializados, especificando o modo de preparo de cada item;

6.1.4 – Obter, para o exercício da atividade objeto da concessão, as autorizações dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal que se fizerem necessárias, assumindo o compromisso de manter-se em dia com suas obrigações para com esses órgãos, notadamente os de natureza fiscal e sanitária (estar em dia com as obrigações junto à Vigilância Sanitária). Caso ocorra a denegação dos referidos licenciamentos, a Concessionária não terá direito a qualquer indenização por parte da Concedente.



6.1.5 – Pagar todas as taxas e impostos que incidam ou venham incidir sobre a atividade desenvolvida, isentando a Concedente de todo e qualquer encargo. Para isso, é necessária a manutenção de caixa registradora, que emita documento fiscal.

6.1.6 – Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da presente concessão.

6.1.7 – A Concessionária não deverá fazer uso de alto falante, receptor de televisão ou rádio, ou de outro meio de difusão de som;

6.1.8 – Nenhum toldo, cartaz, letreiro, faixa, bandeirola, estandarte ou elemento promocional poderão ser colocados na fachada do prédio, nela incluídas as janelas, sem a prévia e expressa autorização da Concedente.

6.1.9 – É proibida a estocagem de qualquer material tóxico, inflamável, combustível, corrosivo ou explosivo, tais como: gasolina, querosene, álcool, benzina, gás, etc.

6.1.10 – A Concessionária permitirá o acesso dos servidores responsáveis pela fiscalização na área objeto desta concessão.

6.1.11 – Será permitida a confecção, no *coffee shop*, de café, sanduíches, pastas de frios e saladas de frutas, etc. refeições que poderão ser apenas aquecidas, degeladas ou assadas em fornos elétricos ou de micro ondas nas dependências do CCJF.

6.1.12 – A Concessionária deverá garantir o “pleno silêncio” no espaço bem como em suas imediações, durante a realização de espetáculos;

6.1.13 – A Concessionária manterá em lugar visível aos usuários tabela de preços dos produtos oferecidos;

6.1.14 – A Concessionária será responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por seus empregados a terceiros ou à Administração;

6.1.15 – Até o 15º dia da assinatura do Contrato, a Concessionária deverá apresentar um cardápio, estipulando o preço unitário por item, que atenda o objeto deste Termo de Contrato para uma nova avaliação preliminar da Administração do CCJF.

6.1.16 – O cardápio apresentado pela Concessionária deverá oferecer, no mínimo, os itens relacionados abaixo pela Administração do CCJF:

- a) Refrigerantes / sucos em lata;
- b) Café (simples, expresso, capuccino);
- c) Chá;
- d) Salgados (exceto frituras);
- e) Doces;
- f) Tortas;
- g) Bolos;
- h) Sanduíches frios e quentes;
- i) Refeições / saladas.

6.1.17 – O CCJF poderá incluir ou excluir itens do cardápio da Concessionária aceito pela Administração, desde que, obviamente, não afetem o equilíbrio financeiro / econômico do Contrato.

6.1.18 – A Concessionária sempre que quiser alterar seu cardápio deverá comunicar previamente à Administração do CCJF.

6.1.19 – Os magistrados e servidores do Tribunal Regional Federal da Segunda Região e das Seções Judiciárias do RJ e do ES terão direito a um desconto de 20% (vinte por cento) nos preços cobrados por consumos efetuados no estabelecimento comercial, desde que devidamente identificados. Este desconto será individual e aplicado aos preços constantes do



cardápio, não sendo cumulativos com descontos que, porventura, sejam oferecidos promocionalmente pela Concessionária.

6.1.20 – A Concessionária deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.1.21 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

6.1.22 - A Concessionária deverá obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos em lei;

6.1.23 - A Concessionária responderá pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com este Tribunal;

6.1.24 - A Concessionária deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

6.2 – DO CONCEDENTE:

6.2.1 – Entregar o local em condições de uso;

6.2.2 – Fornecer água e energia elétrica;

6.2.3 – Disponibilizar iluminação (dentro das disponibilidades de carga do CCJF);

6.2.4 – Proceder à instalação hidráulica (dentro das disponibilidades do CCJF);

6.2.5 – Permitir livre acesso ao local colocado à disposição para exploração do objeto deste Termo de Contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

7.1 – A fiscalização do objeto desta concessão será exercida pelos gestores do Contrato, na verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e, dentre outras, terão as seguintes incumbências:

7.1.1 – Observar se os cardápios estão sendo cumpridos conforme o processo;

7.1.2 – Verificar a qualidade dos produtos oferecidos;

7.1.3 – Exigir pontualidade no cumprimento dos horários fixados;

7.1.4 – Exigir limpeza na área física, equipamentos e utensílios utilizados na execução dos serviços;

7.1.5 – Verificar as condições de higiene das instalações do *coffee shop*, e da manipulação e armazenamento dos alimentos;

7.1.6 – Fazer vistorias periódicas no local onde são servidas as refeições e no local de preparo;

7.1.7 – Fiscalizar com rigor a questão de higiene e conservação dos alimentos;



7.1.8 – Relatar as ocorrências que exijam a comunicação às autoridades de fiscalização sanitárias;

7.1.9 – Avaliar todas as reclamações dos usuários;

7.1.10 – Verificar a quantidade e qualificação dos empregados da Concessionária;

7.1.11 – Verificar se os equipamentos estão sendo utilizados unicamente para fins da presente Concessão.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO, DEVOLUÇÃO, E QUITAÇÃO:

8.1 – Extingue-se a presente concessão:

a) com o advento do termo contratual;

b) falência ou extinção da Concessionária;

c) falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual;

d) quando os serviços estiverem sendo prestados de forma inadequada ou deficiente;

e) se a Concessionária paralisar a prestação dos serviços, salvo as hipóteses de caso fortuito ou força maior;

f) se a Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para a prestação dos serviços;

g) utilização da área, objeto da presente concessão, de forma diversa daquela estabelecida na Cláusula Segunda do Contrato;

h) pela rescisão, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 ou pela inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Concessionária, observado o disposto no art. 80 do mesmo diploma legal;

8.2 – Extinta a concessão, a Concessionária terá o prazo de 30 (*trinta*) dias para retirada dos bens móveis e utensílios, desocupação total do espaço e sua devolução, contados a partir da comunicação do Concedente.

8.3 – Extinta a concessão de uso, deverá a Concessionária restituir a área física, objeto desta concessão, em perfeitas condições de uso e conservação, observado o disposto neste Termo. Qualquer dano porventura ocorrido será indenizado pela Concessionária, podendo o Concedente exigir a reposição das partes danificadas ou o valor correspondente em dinheiro, se preferir.

8.4 – Extinta a concessão e devolvido o imóvel em perfeitas condições, o Concedente emitirá, em favor da Concessionária, no prazo de 15 (*quinze*) dias, Termo de Quitação, dando como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes ao presente Termo.

9 - CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES:

9.1 – Pela inexecução total ou parcial deste Termo de Concessão, poderão ser aplicadas à Concessionária as seguintes sanções, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;

d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2 - Por descumprimento do prazo para a correção das imperfeições, a Concessionária



ficará sujeita à multa diária de 2% (*dois por cento*) calculada sobre o preço global líquido multiplicado por 100 (cem).

9.3 – A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – A Concessionária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

9.5 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas aplicadas são disciplinadas pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

9.6 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa à Concessionária, na forma da lei.

9.7– Sempre que não houver prejuízo para o Concedente, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - A presente Concessão de Uso obedecerá ao estipulado neste Termo, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Termo, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Convite nº 003/2016 e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta, datada de __/__/__, apresentada pela Concessionária, contendo prazo, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/___ do Processo;
- c) Atestado de Vistoria fornecido por representante do Centro Cultural Justiça Federal comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. ____ do Processo.

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

11.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Concessionária presta garantia contratual, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

11.2 - A garantia de que cuida o subitem supracitado deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

11.3 – A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (*cinco por cento*).



11.4 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Concedente a promover a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual da Concessão, a título de garantia.

11.5 – A Concessionária, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem supracitado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.6 – O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Concessionária.

11.7 – A Concessionária se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.

11.8 -A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

11.9 – A perda da garantia em favor do Concedente, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

11.10 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

11.11 – A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei 8.666/93.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA:

A Concessionária declara, no ato da celebração do presente Termo de Concessão, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução desta Concessão, todas as condições de qualificação necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente Termo será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Concedente.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O presente Termo de Concessão poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Concessionária fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Termo, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do referido Termo, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

14.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Concessionária deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na



Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Termo ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Termo, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.016.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

